



FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAROLINE JORDANE LOPES ARAÚJO FERREIRA

SHIRLANE ANDRADE PINTO

**ATUAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DAS FAMÍLIAS
EM ESTADO VULNERABILIDADE**

São Luis

2019

CAROLINE JORDANE LOPES ARAÚJO FERREIRA

SHIRLANE ANDRADE PINTO

**ATUAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DAS FAMÍLIAS
EM ESTADO VULNERABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em políticas públicas e gestão na assistência social, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Nery Rodrigues dos Santos

São Luis

2019

Ferreira, Caroline Jordane Lopes Araújo

Atuação do trabalho do assistente social em face das famílias em estado vulnerabilidade / Caroline Jordane Lopes Araújo Ferreira; Shirlane Andrade Pinto -. São Luís, 2019.

Impresso por computador (fotocópia)

15 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão na Assistência Social) Faculdade LABORO. -. 2019.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Nery Rodrigues dos Santos

1. Famílias Vulneráveis. 2. Assistente Social. 3. CRAS. I. Título.

CDU: 616:36

CAROLINE JORDANE LOPES ARAÚJO FERREIRA

SHIRLANE ANDRADE PINTO

**ATUAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DAS FAMÍLIAS
EM ESTADO VULNERABILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em em políticas públicas
e gestão na assistência social, da Faculdade
Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ma. Ana Nery Rodrigues dos Santos
Faculdade Laboro – São Luís

1º Examinador

2º Examinador

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA ASSISTÊNCIA DE FAMÍLIAS EM ESTADO VULNERABILIDADE

Caroline Jordane Lopes Araújo Ferreira¹

Shirlane Andrade Pinto²

RESUMO

O presente estudo apresentou em sua abordagem temática “A atuação do assistente social me face das famílias em estado vulnerabilidade”. Nessa perspectiva, teve como o objeto de estudo o papel do assistente social e sua relevância em assistir às famílias vulneráveis, enfatizando enquanto questão social. No decorrer da pesquisa, buscou-se analisar a perspectiva crítica desse profissional frente os parâmetros atinentes às dificuldades enfrentadas para o exercício de seu trabalho. No aspecto metodológico, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica. Compreendeu-se assim, o papel do assistente social frente ao desenvolvimento das políticas públicas dando ênfase para população mais vulnerável. Ao longo da pesquisa, percebeu-se que os desafios para a atuação profissional dos assistentes sociais são muitos e as possibilidades são poucas. Muitos aspectos interferem no cotidiano de trabalho desses profissionais, como por exemplo, as relações de poder, o clientelismo, a falta de recursos materiais e humanos, dentre outros. Todo esse processo traz mudanças significativas para os profissionais de Serviço Social, tendo que se organizar e buscar novos caminhos para conseguir garantir os direitos dos usuários.

Palavras-chaves: Famílias Vulneráveis. Assistente Social. CRAS.

ABSTRACT

he present study sought in its approach; the Social Worker's Assistance for Assistance of Vulnerable Families. From this perspective, the object of study was to understand the importance of the role of the social worker in assisting families who are vulnerable. In the course of the research, analyzing the critical perspective of this professional regarding the parameters related to their role in assisting families in a vulnerable state. In the

¹ Acadêmica do Curso de Pós Graduação

² Acadêmica do Curso de Pós Graduação

methodological aspect, a research of bibliographic review and field research was carried out. The role of the social worker in the development of public policies was thus understood, emphasizing the more vulnerable population. Throughout the research, it was noticed that the challenges for the social work of social workers are many and the possibilities are few. Many aspects interfere in the daily work of these professionals, such as power relations, clientelism, lack of material and human resources, among others. All this process brings significant changes to Social Service professionals, having to organize and seek new ways to ensure the rights of users.

Key-words: Vulnerable Families. Social Worker. CRAS.

1 INTRODUÇÃO

As vulnerabilidades sociais relativas às situações de empobrecimento da classe trabalhadora se incluem nas dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência, mas, também, nas dificuldades relacionais e culturais que influenciam na forma de viver dos trabalhadores e de suas famílias.

De acordo com o ciclo vital das famílias, tais situações dos usuários se manifestam na política de assistência social e em diferentes territórios onde habitam. Nesse sentido, este estudo permitiu uma interação referente aos conflitos e incoerências que se alocam na atuação do assistente social no espaço do CRAS, no que se refere à concretização da Política de Assistência Social no ponto de vista do direito social.

Nessa perspectiva, é imprescindível abordar a atuação do assistente social no CRAS, destacando o seu trabalho com as famílias vulnerabilizadas e os desafios que compõe o cotidiano profissional. Para compreender como se dá o trabalho deste profissional na referida instituição, faz-se necessário inicialmente saber a conceituação de CRAS e todo processo para sua efetividade enquanto instrumentos para desenvolver políticas públicas

A priori destaca-se que o CRAS é um órgão que realiza a política pública sobre várias atividades, dentre elas o atendimento psicossocial, orientação e encaminhamento à rede socioassistencial, acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada. (PEREIRA, 2013).

Dito isso, apresenta-se o objetivo geral deste trabalho, que visa compreender a importância do papel do assistente social em assistir às famílias que em estado de vulnerabilidade. Entendendo a prática social como elemento fundante, são evidenciados os

objetivos específicos, com fins de desdobramento do objetivo geral: investigar o conhecimento do assistente social; mapear as principais dificuldades na prática do assistente social em enfrentar os desafios para auxiliar as famílias vulneráveis.

É com base nesse enfoque, que se traça o problema do estudo em questão, fundado no seguinte questionamento: A atuação do assistente social tem sido eficiente para atender a demanda das famílias vulneráveis?

A partir deste, busca-se compreender se a prática do assistente social está em consonância com a assistência as famílias e voltada para uma visão de criticidade e possibilitando a dinamização para ampliar o acesso aos direitos. Tendo assim, como embasamento teórico das discussões levantadas durante o processo investigativo foi construído tendo como base o posicionamento referente à atuação do assistente social frente aos desafios para assistir as famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade. Destacando assim, as contribuições significativas de teóricos do ramo social como Pereira(2013), Couto(2011), Souza e Silva (2016), Carrion (2009), Braga (2006) entre outros enfatizados nesse estudo.

Em vista disso, o referente estudo se justifica pela necessidade em se compreender o conhecimento para a vida profissional do assistente social em relação à execução das políticas públicas de assistência social e os desafios mediante a realidade social em que está inserido os usuários atendidos, além disso, pode-se conhecer a realidade do atendimento das demandas cotidianas e a postura ética a ser mantida diante das situações que perpassam o dia-a-dia profissional.

No campo da proteção social, refletir sobre a família sugere-se o reconhecimento dessa família na dimensão simbólica, múltipla e de organização, onde em determinado momento histórico torna-se importante à medida que subsidia a compreensão sobre o lugar que lhe é conferido na configuração da proteção social de uma sociedade. Particularmente esta configuração estar inserida à política social, á incorporação das famílias em determinado grupo, e em quais políticas e os impactos que têm na vida das famílias. (FALEIROS,2010).

Com isso, a família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, e se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. Entretanto, há dificuldade de se definir família, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. A importância para se identificar as tendências predominantes na inclusão da família, no campo da política social, enquanto sujeito destinatário é se pensar em trabalho em conjunto (SOUZA; SILVA, 2016).

A família é o foco de interesse no Serviço Social, considerado como objeto de trabalho dos assistentes sociais são as expressões da questão social e que as ações destes profissionais incidem diretamente na construção da proteção social e na perspectiva dos direitos, onde obviamente o foco central é a relação família e proteção social. Assim conclui-se que a família é uma peça fundamental para compreender diversos fatores e se constitui também como foco de intervenção da assistência social.

A assistência social no trabalho com família, parte desse pressuposto para perceber o seu papel diante da sociedade, enquanto articuladora dos serviços socioassistenciais, onde tem como finalidade destacar as possibilidades de atuação do assistente social com famílias, no âmbito da política social, identificando quais as dificuldades que o serviço social tem encontrado para realizar o trabalho e analisar as perspectivas e potencialidades do trabalho do assistente social com famílias no âmbito da assistência social (CFESS, 2011).

Em geral, é nessa expectativa da política de proteção social que se destaca o papel dos assistentes sociais, no qual podem organizar as demandas, determinar certas regras de acesso, de prazos, de acordo com a meta legal e o diagnóstico do plano. A contribuição de serviços sociais está, assim, acomodada pela legislação, pela estimativa e pela administração dos serviços num método de trabalho submetido de uma submissão gerencial, e por vínculos trabalhistas de um acordo salarial, seja em termos de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou de serviço público em prol da defesa da justiça e da equidade social (CARRION, 2009).

No entanto, há uma contrariedade quanto a atividade ao defender conceitos como justiça e equidade social, na ampliação dos direitos e da cidadania, além do aprofundamento da democracia, de modo a consolidar as possibilidades de atendimento aos interesses da classe trabalhadora e segmentos oprimidos da sociedade com efetivação que passa pela forma de relação entre Estado e sociedade. Vale ressaltar que a Política de Assistência Social está assegurada de forma legal na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e inclusão no âmbito da Seguridade Social com regulamentação na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) desde dezembro de 1993 (BRASIL, 1988).

Assim, na contradição de o que está previsto em lei e como está aplicada a equidade social, que a Política de Assistência Social (PAS) tornou-se reconhecida como uma política pública, fato recente que teve uma trajetória de obstáculos, avanços e conservadorismo. Isso muda somente com a Constituição Federal (CF) em vigência no País desde 1988 (Capítulo II, artigos 194 a 204), que declara no art. 203 que a Assistência Social

será prestada para quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social, com a LOAS. (FERREIRA, 2013).

Por sua vez, a LOAS apresentou inovação no novo modelo institucional para a Assistência Social ao afirmar seu caráter de direito não contributivo apontando como necessária a integração entre o econômico, o social e a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso aos serviços sociais e com a participação da população. Outra inovação foi propor o controle pela sociedade na formulação, gestão e execução das Políticas Assistenciais bem como indicar alternativas para a instituição de outros meios de negociação de interesses e direitos de seus usuários, trazendo o símbolo do debate, da cidadania e da democracia (COUTO, 2011).

A prestação de assistência social independe de contribuição à Seguridade Social como está prevista na Carta Constitucional (BRASIL,1998,) , assim define:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

No entanto, nem sempre a efetividade da lei em prol das pessoas mais vulneráveis tem aplicabilidade imediata, muitas vezes por imbróglio burocrático há certa morosidade. A explicação para essa lentidão da efetivação da CF é encontrada no fato de que seu processo de implantação ocorre em uma conjuntura diversificada e contraditória, na qual se evidencia a profunda incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado, tornando-se reconhecida pelo discurso e pela sociabilidade estabelecida no âmbito do ideário neoliberal, que tendo consciência do dever moral do socorro aos pobres não reconhece seus direitos.

No caso da Política de Assistência Social, essa herança tornou-se ainda mais evidente com total apoio por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, com configuração de padrão arcaico das relações, enraizado na cultura política brasileira com área de intervenção do Estado que se caracterizou historicamente como não

política, renegada, como secundária e marginal no conjunto das Políticas Públicas. (ALOÍDES, 2015).

Levando em consideração esses aspectos que refutam a efetivação do direito de uma pessoa em estado mais vulnerável socialmente, apresenta-se o papel do assistente social, visando desenvolver um trabalho integrador com família, além de enfrentar vários desafios no exercício de sua função.

Quando acontecem casos de denúncia de algum tipo de violação de direitos ao serviço social, esta passar a ser uma situação incluída nos desafios de trabalho do assistente social, pois ao realizar a intervenção muitas vezes não é fácil conseguir o atendimento necessário e rápido, para determinada instituição, que a família ou indivíduo precisar (PEREIRA, 2013).

Referindo-se a esse marco do trabalho do assistente social, evidencia-se sua atuação nos Centros de Referências. Os CRAS do município e suas especificidades são definidos como forma de responder às exigências do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e buscar melhorar as condições de vida da população desenvolvem atividades e projetos que visam à oferta de proteção social básica dessas famílias nos quais são eles:

- **Projeto de Atenção ao idoso com idade superior a sessenta anos**, cujo objetivo é propiciar a terceira idade maior integração social, combatendo o isolamento em que muitos vivem, ocupando o tempo ocioso com diversas atividades, fazendo com que se sintam mais úteis e valorizados, resgatando a sua autoestima e cidadania.
- **Projeto voltado a crianças e adolescentes entre sete e dezesseis anos**, cujo objetivo é estimular nos alunos o interesse pelo estudo, estimulando o espírito de coordenação e competição, integração social e reforço da autoestima e ter uma alternativa de aprendizagem mais dinâmica;
- **Projeto de Geração de trabalho e renda** que tem como objetivo aumentar o orçamento familiar, criando a oportunidade de profissionalização e sua inserção no mercado de trabalho. (BRAGA, 2006, p.55).

É possível inferir que as atividades realizadas para os idosos e crianças são importantes. No caso dos idosos, possibilita uma reaproximação dos mesmos com a sociedade, pois a grande maioria se sente excluída, até mesmo pelos próprios familiares. Com relação às crianças, essas atividades colaboram para uma melhora na escola, o desenvolvimento de potencialidades e uma interação com outras crianças. Reforço, entretanto, que apenas estas atividades isoladas não são suficientes para romper a condição de pobreza. Já entre as atividades que buscam uma qualificação para a geração de renda estão os cursos de manicure, artesanato, culinária e cabeleireiro.

Segundo as Orientações Técnicas do CRAS (BRASIL, 2009a), este tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios

de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Prioriza o atendimento dos beneficiários de programas Federais e Estaduais, famílias com renda *per capita* menor que meio salário mínimo, crianças, adolescentes e idosos que estejam em situações de risco, buscando com isso, superar as vulnerabilidades locais.

O trabalho com famílias torna-se real o desafio para os profissionais de Serviço Social, uma vez que são vários os obstáculos, ao realizar visitas domiciliares, de forma a analisar situações de maus tratos contra idosos, crianças, e a violência de homens contra mulheres; averiguando a situação socioeconômica e outras situações. Outro desafio hoje é realizar intervenção as famílias que tem adolescentes em situação de dependência de droga, aonde os pais chegam à situação de não saberem mais o que fazer em relação ao vício do filho, dentre outras tantas situações como no caso de violência sexual, na qual crianças e adolescentes são abusados por pais, padrastos e outras pessoas próximas.

De todo modo, desenvolvendo trabalho significativo com a população desprivilegiada em termos econômicos, culturais e sociais, a assistência social tem como responsabilidade atender prioritariamente a pobreza. Mas a assistência social em nexos com a efetivação dos direitos pode sobrepujar a cultura da dependência e acentuar as estratégias emancipatórias das populações que atende, dando voz e reconhecimento aos beneficiários e procurando expandir seu capital de relações sociais e políticas (ALVES, 2008).

Essas dentre outras situações, são fatos onde o assistente social encontra dificuldades para viabilizar o atendimento das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, que podem ser barreiras institucionais, como a falta de vagas nos órgãos públicos para que o sujeito consiga o atendimento necessário. Também tem como desafio no seu trabalho a necessidade de mais preparo no conhecimento para uma prática participativa e estratégica.

O Estado tem deixado responsabilidades para a família que são de natureza pública para o universo privado. Observa-se que ao mesmo tempo em que o Estado entende a família como principal e mais importante esfera social a partir da trajetória de centralização da família, por vezes também a culpa diante das situações e problemáticas sociais decorrentes. Isso se demonstra principalmente pelo fato de que constantemente a família é cobrada a realizar mudanças no universo privado, que diz respeito diretamente ao cotidiano, sem considerar o nível da sociedade macroeconômica na qual as famílias estão inseridas.(MIOTO;NOGUEIRA, 2013).

Nas últimas décadas, a família vem do tradicional ao contexto atual, sendo apontada como ponto estratégico para a condução e criação de políticas públicas e sociais. Portanto a família assim como as políticas públicas, é essencial ao desenvolvimento e proteção de todos. Enquanto a família contribuir de forma efetiva na qualidade das famílias e nos índices que refletem para o desenvolvimento humano e comunitário, está tomando base para criação de tais políticas. (ACOSTA E VITALE, 2008).

As dificuldades dos assistentes sociais, para que exerçam um bom trabalho, vão além das grandes demandas sociais, pois existe uma falta condições, tais como estrutura física, materiais de trabalho em geral, locomoção falta de veículo ou combustível, divergências de pensamentos, equipe de trabalho incompleto; o que às vezes necessita que o profissional, se desdobre para realizar o trabalho com qualidade, “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 2012, p. 49).

Diante do exposto, é evidente a relevância do exercício profissional do (a) assistente social no cotidiano na assistência social, com seus desafios (questionamentos), no contexto capitalista de redução do Estado e de fortalecimento do mercado onde se conflitam demandas de atuação profissional com grande diversidade de expressões, de defesa e implementação de direitos e de limitações burocráticas, de poder e de recursos (CARVALHO, 2005).

A configuração diversificada de áreas de atuação, como por exemplo, no Judiciário, na saúde, na assistência, no território, era chamada de campos de atuação. Em realidade, são domínios estruturados pelas políticas e instituições, articulados aos modos de produção vigentes, com normas, funções, competências, hierarquias, enfim relações de poder e saber (FALEIROS, 2010).

Já a estruturação do trabalho da(o) assistente social traduz um contexto de múltiplas determinações, que pode-se analisar em níveis de profundidade e heterogeneidade complexos que se modificam historicamente na articulação entre essas determinações do capitalismo, das forças sociais em movimento e do processo político de pactação e de constituição da superestrutura jurídico-política dos direitos, principalmente na democracia, em que se manifestam, contraditoriamente, pressões e contrapressões por mudanças e manutenção da ordem.(MIOTO;NOGUEIRA,2013).

A intervenção do Estado na garantia de benefícios e serviços se estrutura de forma a manter as condições econômicas da acumulação capitalista e da reprodução da força de trabalho, inclusive com os chamados mínimos sociais, e ao mesmo tempo condições de

sobrevivência e de convivência do pacto político de cidadania, que vai se construindo e desconstruindo pela organização e pressão dos trabalhadores e segmentos dominados.

Corroborando com informações, de acordo com Ferreira (2013), é possível perceber que no seu dia-a-dia de trabalho o assistente social encontra vários obstáculos para conduzir seu exercício profissional, apesar de buscar atender as demandas de seus usuários, que cada vez mais tem se diversificado e aumentado, existem fatores que dificultam essa realização, principalmente os interesses da instituição que os empregam, pois na maioria das vezes os interesses vão de encontro aos interesses dos usuários, e a partir de então o assistente social deve fazer uma mediação entre eles baseado nos princípios ético e políticos da sua profissão.

O grande desafio para a concretização do projeto ético-político profissional é torná-lo um manual sistemático e prático para o exercício profissional, o que exige um esforço para inserção do dever - ser com realidade, visto é imprescindível desenvolver um trabalho esquematizado que vise alcançar os objetivos inerentes da políticas públicas sociais que tenham uma aproximação com proposta ideal. (VASCONCELOS, 2009).

Contudo, é preciso reaver as ações desenvolvidas ao longo do tempo no que se refere a efetividade dessas políticas sociais em assistir as pessoas mais necessitadas, visto que ainda é possível perceber inúmeras políticas neoliberais, que trazem várias consequências para a sociedade e para o mundo do trabalho, onde se alargam as desigualdades sociais, a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural, processos esses que têm rebatimentos na profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito realizar uma abordagem a cerca atuação do Assistente Social dentro do Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família, além de compreender seu papel e influência em assistir as famílias beneficiárias desses programas que estão inseridos nas políticas públicas de assistência social.

No entanto, é fundamental a concretização de uma eficiente organização da rede de serviços que possa proporcionar o atendimento em tempo hábil às necessidades apresentadas pela família. A prática tem despontado que, em prol da efetividade e eficácia do trabalho social, certas demandas devem ser respondidas com a maior concisão possível, até mesmo porque disso depende o não agravamento da questão em foco que é a vulnerabilidade das pessoas carentes. Se esse aspecto não for considerado, o que emergiu como sendo de

média complexidade pode se transformar em situação de alta complexidade e, por conseguinte, exigir mais tempo e recursos para seu equacionamento, além de ocasionar maior sofrimento e até danos à pessoa ou à família.

Partindo desse contexto, o estudo teve como enfoque avaliar a atuação do Assistente social em prol da assistência a família, devendo primeiramente estar diretamente associado às necessidades apresentadas por ela, logo é importante que se realizem, além de sua inclusão em políticas de proteção social, diferentes modalidades de atendimento, algumas de caráter individualizado e outras de caráter coletivo. Essa atenção é necessária porque um indivíduo, ou uma família, pode melhor se expressar em uma determinada modalidade do que em outra e, assim, ampliam-se as possibilidades de identificação de suas questões e de suas potencialidades.

Espera-se com a realização desse estudo que os profissionais da assistência social deem continuidade ao acompanhamento familiar que foi realizado durante o trabalho de pesquisa de campo feito de forma individual e igualitária durante a concretização da entrevista junto às famílias vulnerabilizadas, e que este seja feito de forma pontual, emergencial, indicada e constituída de profissionais capacitados que de forma adequada irá trabalhar e colocar a família num viés de núcleo fundamental de proteção e socialização dos seus membros.

O presente estudo nos proporcionou amplo conhecimento para a vida profissional em relação à execução das políticas públicas de assistência social e os desafios mediante a realidade social em que está inserido os usuários atendidos, além disso, pode-se conhecer a realidade do atendimento das demandas cotidianas e a postura ética a ser mantida diante das situações que perpassam o dia-a-dia profissional.

Assim, pode-se ter uma noção de como é a realidade das famílias e constatar os riscos e vulnerabilidades as quais estas famílias estão expostas, concluindo que mesmo que haja ações que intervenham nessa realidade de exclusão, risco e vulnerabilidade, muito ainda precisa avançar. Devem-se desenvolver ações mais efetivas que visem superar essa realidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.R.; VITALE, M. A. F. (org.). **Família, Redes, Laços e Políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.

ALVES, A.A. F. **Assistência Social: história, análise crítica e avaliação**. Curitiba: Juruá, 2008.

ALOÍDES, O.S. **Família: um desafio para os assistentes sociais**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRAGA, L. L. C. **O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS**. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011. p.142-154.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009a.

CARRION, V. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT**, 34 ed, São Paulo: Saraiva, 2009.

COUTO, B.R. **A PNAS e o SUAS: Apresentando e Problematizando fundamentos e conceitos**, 2 ed., São Paulo, Cortez, 2011.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social: Série- Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**, Brasília (DF), 2011, p.22.

FALEIROS, V.P. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Andressa do Nascimento. **A atuação profissional dos assistentes sociais nos centros de referência de assistência social (CRAS) do município de São Pedro da Aldeia – RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Rio das Ostras. Rio das Ostras: RJ, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012, 326 p.

MIOTO, R.C.T.; NOGUEIRA, V.M.R. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. R. Katál. Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, jan/jun. de 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

SOUZA, P.L.P.S.; SILVA, I.M.S.S. **Família e Assistência Social: Desafios e Reflexões. Diversidade e Redes de Proteção Social / Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, UNIDAVI, 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Patricia-de-Lourdes-Pureza-de-Souza.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.**

VASCONCELOS, E.M. **A Priorização da Família na Política de Saúde**. Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 6-19, set./dez. 1999.